

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 29/05/2019

- [TJPE implanta PJe nas unidades da Infância e Juventude](#)
- [Família Vilaça constrói rede de amor e solidariedade pela adoção](#)
- [Evento debate combate à violência sexual e proteção de crianças e adolescentes](#)
- [Em defesa da primeira infância, consultoria atua em mais de 100 escolas pernambucanas](#)
- [Juizado da Infância e Juventude de Luziânia debate incentivos à adoção](#)
- [Dia Nacional da Adoção - Corinthians apoia campanha do TJSP](#)
- [Seminário “Adoção e o Direito de ser Filho” levanta a importância da visibilidade positiva de jovens acolhidos](#)
- [Adolescentes de projeto de adoção da VIJ-DF assistem jogo de futebol no estádio](#)
- [Fórum de Timon realiza curso de preparação de adotantes](#)
- [MPPE participa de Seminário Caminhos da Adoção](#)
- [Ministro impõe medidas contra superlotação em mais quatro unidades de internação de adolescentes](#)
- [Joel da Harpa manifesta apoio a demandas de agentes socioeducativos](#)
- [Ministério integra audiência pública sobre o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais](#)

Assunto: TJPE implanta PJe nas unidades da Infância e Juventude

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 29/05/2019



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) implanta, a partir desta terça-feira (28/5), o Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas varas da Infância e Juventude. O cronograma de implantação foi dividido em três etapas e abrange exclusivamente os processos de competência cível, a exemplo de adoção.

As primeiras unidades a utilizarem o sistema eletrônico serão a 1ª e a 2ª Vara de Infância e Juventude da Capital; a Vara Regional da Infância e Juventude do Recife; e as Varas da Infância e Juventude de Jaboatão dos Guararapes, de Olinda e do Paulista. A partir do dia 4 de julho, o PJe será utilizado pelas Varas Regionais da Infância e Juventude de Cabo de Santo Agostinho, Palmares, Vitória, Goiana, Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Santa Cruz do Capibaribe, Afogados

da Ingazeira e Arcoverde. Por último, no dia 9 de agosto, recebem o sistema as varas únicas e cíveis do Interior.

Atualmente tramitam, no Judiciário estadual, mais de 1,2 milhão de processos por via eletrônica, sendo exatas 1.259.606 ações até 27 de maio de 2019. Presente nas 150 comarcas do Estado, o PJe já é utilizado nas unidades cíveis de Família e Registro Civil, Fazenda e Sucessões, além das três Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, também na competência cível.

Assunto: Família Vilaça constrói rede de amor e solidariedade pela adoção

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 29/05/2019



“Eu sei que Deus está esperando a hora certa de meus irmãos e eu sairemos daqui. Agora essa espera de quatro anos é muita coisa, mas Deus está preparando nossa saída e eu sei que vai ser maravilhoso. Dias de alegria, com ele no coração. Sempre vai ser assim.” Quando escreveu essa mensagem em um álbum de fotografias, Renata, de 14 anos, não imaginava que a sua adoção e dos seus irmãos, Larissa (9) e Ronaldo (11), representaria um recomeço também para a mãe Ana



Luiza Vilaça. A servidora pública divorciada, que é mãe biológica de Rafael (34) e avó de Eduardo (3), alimentava o sonho de ser mãe novamente, principalmente de menina. Só não estava em seus planos retomar a maternidade como mãe de três filhos, de uma única vez.

Tudo começou em 2016, quando o casal Dolores e Renan Vilaça, sobrinho de Ana Luiza Vilaça, deu início ao apadrinhamento afetivo de Larissa. O que representava para os dois uma grande vontade de ajudar, acabou se transformando em uma rede de solidariedade que posteriormente incluiria toda a família. “Dolores e eu sempre conversamos muito sobre o interesse em adotar e, quando achamos o Pernambuco que Acolhe, entendemos que seria uma oportunidade enorme de contribuir para a melhoria na vida de alguma criança, da forma que podíamos naquele momento”, explica Renan. “Fizemos algumas entrevistas e fomos apresentados a Larissa, de quem seríamos padrinhos. Ela tinha 7 anos e estava toda vestida de rosa. Sempre foi a cor favorita dela”, conta.

Desde então, a menina passou a frequentar a casa dos Vilaça nos finais de semana e datas festivas no Recife (PE). “O primeiro contato com Larissa foi apaixonante e, ao mesmo tempo, de frio na barriga pela responsabilidade que estaríamos assumindo: apresentar a uma criança, retirada de seu núcleo familiar por rejeição e problemas domésticos, uma família que desse amor e carinho para ela. Larissa é encantadora e rapidamente conquistou todo mundo”, lembra Renan.

No período em que o casal permaneceu como padrinhos, Larissa pôde conhecer vários membros da família, inclusive Ana Luiza, que vinha de Brasília (DF) visitar os parentes. “Todos ficamos encantados com Larissa. Linda e esperta, fiquei apaixonada quando a conheci e quis saber da história dela, porque estava na casa de acolhimento. Então, fiquei sabendo que ela tinha dois irmãos e que eles tinham outros padrinhos”, afirma Ana Luiza.



Em maio de 2017, o casal recebeu uma proposta de trabalho e precisou se mudar do Recife para São Paulo (SP). Renan conta como foi preocupante a possibilidade de deixar de apadrinhar a menina. “Certamente pensamos muito em Larissa e simplesmente cancelar o programa e fazê-la iniciar do zero novamente seria algo que machucaria muito ela, e isso não estava em nossos planos em nenhum momento. Optamos então por fazer a transição de padrinhos, e minha mãe se dispôs a continuar o programa com

ela”.

Com a mudança de Renan e Dolores, outras duas personagens entraram em cena para que Larissa não perdesse a oportunidade do convívio familiar. Em junho de 2017, Relson e Liana Vilaça, que são pais de Renan, resolveram assumir o apadrinhamento afetivo não só de Larissa, mas também da irmã mais velha dela, a adolescente Renata, que tinha ficado sem padrinhos. “Passamos a nos encontrar a cada 15 dias e também em algumas datas especiais como Natal e aniversário das meninas. Meu esposo e eu pudemos ter uma ótima experiência de vida convivendo com crianças que passaram por tanto sofrimento, mas, apesar de tantas adversidades que já haviam enfrentado, elas eram muito alegres e amáveis e isso, verdadeiramente, foi algo encantador”, revela a madrinha Liana.

A partir daí, ao buscar as meninas na casa de acolhimento para os passeios, muitas vezes Relson e Liana encontravam o irmão delas, Ronaldo, que na época tinha um padrinho à parte. Após o padrinho de Ronaldo passar por dificuldades e precisar deixar o Programa Pernambuco que Acolhe, a família Vilaça mais uma vez botou em prática o espírito solidário e começou a incluir o menino nas visitas e passeios. Liana lembra como a presença de Ronaldo na família tornou as visitas ainda mais animadas. “O convidamos para passar alguns finais de semana conosco e eles ficaram muito felizes aqui em casa. A piscina do nosso prédio era o local predileto para brincarem e se divertirem juntos. ”

No decorrer do convívio das irmãs com a família, Ana Luiza começou a se interessar em adotá-las e, em uma das vezes que acompanhou Liana à instituição de acolhimento para buscar as meninas, contou de seu interesse em formalizar a situação. Nesse dia, ela foi orientada a procurar a Vara da Infância em Brasília (DF), onde mora, para confirmar seu desejo de adotar e realizar todas as etapas necessárias para o ingresso no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). “Na ocasião, fui informada que ainda estava correndo o processo de destituição familiar das crianças. A avó já tinha declarado não ter condições de ficar com eles e nem tampouco outras pessoas da família tinham”, explica Ana Luiza. De volta a Brasília, ela cumpriu todas as etapas necessárias ao ingresso no CNA, realizadas no período de maio a dezembro de 2018.

Para dar continuidade ao processo, foi necessário um ajuste no perfil de Ana Luiza no CNA, já que a intenção de adotar três crianças só foi concretizada após a demonstração de interesse por parte de Ronaldo em não se separar das irmãs. Como não havia para eles nenhum pretendente de Pernambuco na fila de adoção, foi possível vincular o perfil da pretendente ao do grupo de irmãos.

Ao saber da notícia, a futura mãe já iniciou os preparativos para receber os filhos. “Foi o meu presente de Natal. Já comecei a organizar a logística da moradia para recebê-los, me mudando para um apartamento maior, no mesmo prédio que já morava. Estava muito ansiosa e apreensiva, pensando que alguém poderia passar na minha frente e adotar as crianças”, lembra.

No mês de fevereiro de 2019, Ana Luiza se apresentou à Vara Regional da Infância e Juventude de Garanhuns (PE) para dar prosseguimento ao trâmite processual. Foi quando obteve a autorização para retirar as crianças da casa de acolhimento, localizada no Recife, e iniciar o estágio de convivência. A etapa está sendo realizada em Brasília, até que o processo de adoção seja sentenciado.

Já com as crianças em casa, e mais o sobrinho Ítalo (13), que veio se juntar à

turma para dar um apoio no processo de adaptação, Ana Luiza divulgou uma carta aos amigos e familiares para agradecer o apoio e o carinho que teve para seguir adiante na decisão de adotar. “Dizem que sou louca por eu ser assim... Mas louco é quem me diz que não é feliz, eu sou feliz! Já me disseram que estou sempre surpreendendo, verdade! E também estou sempre recomeçando! Essa semana realizei um grande sonho: ser mãe novamente de outro menino e de meninas. Três irmãos lindos, amorosos e inteligentes, que viviam numa instituição, esperando uma família, esperando uma mãe, esperando por mim.... Agora são meus filhos, vieram se juntar a meu filho Rafael; meu neto Eduardo; Gedson, meu filho do coração e toda a família, meu sobrinho Ítalo e nossa gatinha Luna. Estou muito feliz! Sejam bem vindos meus filhos Renata, Ronaldo e Larissa, à família e à minha vida! Mamãe ama vocês! ”.



Processo – Naturais do município de Angelim, no Agreste, os irmãos tiveram o poder familiar destituído em junho de 2018, após esgotadas as tentativas de mantê-los na família de origem. O processo de adoção passou então a tramitar na Vara Regional da Infância e Juventude de Garanhuns, que é responsável pelo gerenciamento, no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), das crianças aptas a serem adotadas em 20 comarcas do estado. Desde 2013, a Unidade Judiciária realizou 45 adoções por meio do CNA, além das que já foram julgadas e estão com alguma pendência para inserção no Cadastro ou os casos específicos previstos por lei.

O juiz Maurício Gusmão, titular da Unidade, conta que os programas desenvolvidos pela Coordenaria da Infância e Juventude (CIJ) e pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja) são fundamentais para o êxito obtido nos processos de adoção na 10ª Circunscrição. “Tais iniciativas tornam visíveis essas crianças e adolescentes que estavam no cadastro, sem perspectiva de adoção. É uma oportunidade que elas têm de serem desinstitucionalizadas. Ao mesmo tempo, possibilita que os pretendentes não fiquem limitados a uma busca meramente formal, mas uma procura realizada de forma ativa, pretendentes nacionais e internacionais”,

explica o magistrado, mencionando o Projeto Família, que realiza a busca ativa de pretendentes para adoção nacional ou internacional das crianças e adolescentes.

“Os desafios são grandes, mas estamos conseguindo avançar no número de adoções, principalmente para essas crianças e adolescentes que ainda enfrentam tantas barreiras por causa da idade. Estamos conseguindo devolver a elas a esperança de encontrar um lar, uma família onde tenham afeto e onde lhes sejam dispensados o devido carinho e amor, necessários ao seu desenvolvimento”, destaca o juiz.

Assunto: Evento debate combate à violência sexual e proteção de crianças e adolescentes

Fonte: CNJ

Data: 29/05/2019



Combater a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, garantir a eles seus direitos e trabalhar pela efetivação da Lei nº 13.431/2017, conhecida como a Lei da Escuta. Esses foram os temas centrais tratados no seminário nacional “Sistema de garantia de direitos na efetivação da proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual e os desafios da implementação da Lei nº 13.431/2017”, realizado na terça-feira (28/5), na sede da Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília.

O evento reuniu, em sua mesa de abertura, representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da organização não-governamental Visão Mundial, Unicef, Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Unicef, Childhood Brasil, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e Rede ECPAT Brasil (coalização de organizações da sociedade civil que trabalha pela eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes).

Entre os debatedores um ponto em comum: proteger crianças e adolescentes dos diversos tipos de violência, em especial a agressão sexual, e tornar mais efetivas as políticas públicas de enfrentamento a essas violências.

Presente no seminário, o presidente do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj) do CNJ, Luciano Frota, citou um dado do Ministério da Saúde para informar que, de 2011 a 2017, foram registrados mais de 184 mil casos de notificações de violência sexual de crianças e adolescentes no Brasil. De acordo com as informações, 70% desses casos ocorreram em casa. E, em mais de 80% dessas situações, os agressores foram homens e as vítimas, meninas.

Luciano Frota colocou o CNJ à disposição das representações de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e informou que o Conselho iniciou um trabalho de levantamento de informações sobre a situação de infraestrutura das varas especializadas em infância e juventude. Segundo ele, esses dados vão auxiliar na elaboração de um plano de trabalho para dotar essas unidades judiciárias de melhores condições de trabalho.

“A Lei nº 13.431 está em nosso escopo de trabalho e está em nosso raio de ação trabalhar um normativo que vincule os juízes brasileiros para que possamos fortalecer o Sistema de Justiça para o combate a essa chaga social”, disse.

Infância [Des] Protegida

No Brasil, do total de 1 milhão de casos de violações recorrentes contra crianças e adolescentes registrados entre 2011 e 2015, 32,25% refere-se à negligência familiar, sendo a violência física o tipo mais comum.

O dado faz parte do Relatório Infância [Des] Protegida, uma ampla pesquisa feita pela ONG Visão Mundial a partir da percepção de crianças e adolescentes. O estudo foi apresentado no seminário.

Para realizar o levantamento, foram entrevistados quase 4 mil estudantes, entre crianças e adolescentes, de 67 escolas públicas em sete municípios de seis estados brasileiros (Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro e Bahia).

Entre as principais constatações, a pesquisa verificou que, quando estão em casa, a maioria das crianças e adolescentes sofre punição física se fizerem algo considerado errado.

Nesse quesito, o levantamento verificou que a violência física é mais frequente entre crianças de 9 e 11 anos (76%) e entre crianças negras (66%).

Ainda em relação à situação das crianças e adolescentes, 50% responderam que costuma ficar desacompanhados em casa e 22% disseram presenciar agressões entre pessoas da família.

Em relação à escola, um terço das crianças e adolescentes respondeu que sofreu violência direta ou violência urbana. Em relação à média proporcional do grupo, crianças e adolescentes negros apresentam maior proporção entre os que sofrem ameaças, abusos físicos e xingamentos no ambiente escolar.

Ao falar sobre a importância desse levantamento, uma das coordenadoras da pesquisa e integrante da Visão Mundial, Karina Lira, disse que o Relatório Infância [Des] Protegida tem o objetivo de contribuir para a garantia dos direitos. “É preciso que pensemos juntos para formular e melhorar as políticas públicas que impactem, de verdade, a vida das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.”

Assunto: Em defesa da primeira infância, consultoria atua em mais de 100 escolas pernambucanas

Fonte: Diário de PE

Data: 29/05/2019



O potencial humano para se desenvolver, a importância dos mil primeiros dias de vida e a influência do ambiente sobre esse processo de desenvolvimento moveram a psicóloga perinatal e parental Michele Almeida em direção ao universo da primeira infância, campo de atuação e pesquisa em que ela se firmou. Hoje, à frente da Almeida e Silva Consultoria da Primeira Infância, ela comanda uma equipe de 20 profissionais – entre pedagogos, psicólogos, nutricionistas, enfermeiros, contadores de histórias, musicoterapeutas – e atua em mais de 100 escolas públicas e privadas do estado. “Aqui em Pernambuco, somos a única empresa que trabalha habilidades socioemocionais através de Gamificação [que se apropria de técnicas de games] e reunimos profissionais capacitados para preparar professores para uma Educação 5.0”, explica Michele.

Fonte de referência no tema, a psicóloga e líder coach direciona seus colaboradores à formação continuada de professores da educação infantil em função da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica. “Os professores não foram preparados para receber essa nova proposta de ensino. Eles apontam dificuldades na implementação do documento, que tem prazos a serem cumpridos. Dentro das escolas, promovemos uma série de workshops, cursos e treinamentos para professores, coordenadores e gestores escolares, com o objetivo de transformar pensamentos, atitudes e ações, colocando o aluno no centro do processo de aprendizagem. É um novo olhar para o aluno na Educação 5.0”, detalha Michele Almeida.

Profissionais de creches, pré-escolas e escolas envolvidas no ciclo de educação básica são impactados pela consultoria, que se debruça sobre as relações e os vínculos interpessoais do início da vida e os aspectos emocionais, sociais e físicos do desenvolvimento da criança. Pais, cuidadores e babás também são tocados pela Almeida e Silva, sobretudo através do projeto Babá dos Sonhos – que reproduz, no ambiente familiar, as diretrizes aplicadas nas escolas em relação à importância dos estímulos conscientes para o desenvolvimento na Primeira Infância. “A Babá dos Sonhos existe para ser rede de apoio a puérperas e mulheres que estão no mercado de trabalho e precisam de uma rede de apoio para que seu filho seja cuidado e desenvolvido nos primeiros anos de vida de forma responsável, consciente, afetiva e técnica. Tudo isso dentro de uma rotina de cuidados criada pelos pais ou cuidadores principais e enriquecida com ferramentas de desenvolvimento sugeridas pela Equipe Babá dos Sonhos”, conta a psicóloga. Inovador, o Babá dos Sonhos fornece treinamento a babás - conforme roteiro construído junto aos pais ou cuidadores - envolvendo enfermeiras, psicólogas, nutricionistas, arquiteta e personal organizer, além de uma professora de música com mestrado em desenvolvimento infantil.

Num esforço conjunto entre pais, cuidadores e professores, a garantia de cuidados, o acolhimento e os estímulos conscientes estariam na lista de prioridades relacionadas ao período. “A Primeira Infância é uma fase determinante para a capacidade cognitiva e sociabilidade do

indivíduo, pois o cérebro absorve todas as informações, as respostas são rápidas e duradouras. Estudos demonstram que é durante essa fase que o cérebro humano desenvolve a maioria das ligações entre os neurônios. E as conexões são estimuladas através do vínculo afetivo com a mãe, pai ou cuidadores”, reforça.

>> **TRÊS PERGUNTAS: Michele Almeida, psicóloga perinatal e parental**

Qual a importância das escolas em relação aos estímulos necessários durante a primeira infância?

É importante qualificar e engajar a equipe de gestores e professores para a importância da intencionalidade pedagógica no brincar e experienciar. É na escola que a criança vai conviver, brincar, participar, explorar e se conhecer. E, através disso, alcançar o que o documento da Base Nacional Comum Curricular estabelece para o desenvolvimento das crianças: desenvolver habilidade para perceber o eu, o outro e o nós; ter consciência do corpo, gestos e movimentos, traços, sons, cores e formas, trabalhar a escuta, a fala, o pensamento e imaginação, ter noção de espaço, tempo, quantidades, relações e transformações. É o que esperamos que a escola estimule e desenvolva durante a primeira infância.

O que os pais devem observar em relação à atenção à primeira infância na hora de escolher onde matricular seus filhos?

Os pais devem observar e questionar a equipe pedagógica e a proposta da escola, perceber e entender a importância da primeira infância, como esta fase promove o desenvolvimento infantil, além de atentar para a intencionalidade na ação docente das práticas pedagógicas e aprendizagens. Isso é o que vai permitir que os pais saibam quais conteúdos são utilizados para o desenvolvimento das atividades com as crianças. A criança pequena aprende observando, experimentando e, sobretudo, brincando. A escola deve estimular a aprendizagem de forma lúdica.

Como nasceu a Almeida e Silva Consultoria? E qual o grande propósito?

Sou mãe de duas adolescentes e, quando cheguei ao Recife, 13 anos atrás, tive muita dificuldade em encontrar berçários e escolinhas que tivessem um olhar consciente para a Primeira Infância. Percebi que era uma dor do mercado a capacitação de profissionais para o desenvolvimento integral da criança até os três anos de idade. Pouco se falava sobre a importância de profissionais que entendessem a neuroplasticidade, o cuidado integral associado a um ambiente que convida, estimula e dá espaço e tempo para a criança ter experiências e aprendizagens. Até pouco tempo atrás, berçários e creches eram simples depósitos de bebês. Então, em paralelo a estudos sobre a Primeira Infância e à necessidade do mercado, fiz um curso das nações unidas, um MBA em gestão de pessoas e liderança, ISO e qualidade. Desde então, meu propósito é qualificar profissionais para executar não só um trabalho de qualidade, mais de excelência para a Primeira Infância.

>> **SAIBA MAIS: BABÁ DOS SONHOS**

O Projeto Babá dos Sonhos se propõe a treinar as profissionais para cuidar das crianças em conformidade com as expectativas e direcionamentos traçados pelos pais. “Todo o treinamento é baseado em um coaching inicial que fazemos com os pais ou responsáveis, montando uma rotina estruturada de cuidados com a criança”, explica Michele Almeida. O treinamento, distribuído em 14 módulos, envolve temas como: O papel e o perfil da cuidadora e educadora; Educação consciente, conexão, gentileza, firmeza na educação da criança; Nutrição Infantil; Organização para autonomia da criança; Higiene da cuidadora e educadora; Higiene da criança;

Formas de desenvolvimento, comunicação e necessidade da criança; Saúde, doenças, prevenção e técnicas de primeiros socorros; entre outros.

Assunto: Juizado da Infância e Juventude de Luziânia debate incentivos à adoção

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 29/05/2019



Em Luziânia, 43 crianças e adolescentes estão acolhidos institucionalmente e, desses, 13 aguardam adoção sem, contudo, pretendentes cadastrados. Para mudar essa realidade e dar uma perspectiva de lar aos menores, a titular do Juizado da Infância e Juventude da comarca, juíza Célia Regina Lara, realizou nesta terça-feira (28) uma reunião sobre busca ativa de adotantes, como parte da programação do Dia Nacional da Adoção, no último sábado.

“Sabe-se que um dos grandes desafios da adoção no Brasil é aproximar os pretendentes à adoção das crianças e adolescentes em condições de serem adotados. Hoje em dia o que temos é um significativo número de pretendentes devidamente habilitados e diversas crianças e adolescentes destituídos do poder familiar e em condições de adoção, mas que ainda não encontraram uma família”, destacou a magistrada.

Cientes da necessidade do diálogo com os diversos atores da rede de proteção, a juíza iniciou a reunião convidando todos os presentes - Ministério Público do Estado de Goiás, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Subseção Luziânia, conselheiros tutelares, equipes técnicas, coordenadores das instituições de acolhimento e servidores do Juizado - a refletirem sobre a importância da convivência familiar e a necessidade do empenho de toda a rede, na tentativa de colocação dos acolhidos em família substituta, sem que haja exposição excessiva da imagem e violação de direitos.

Para a magistrada, o próximo passo será a realização de círculos restaurativos com as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, a fim de que eles sejam ouvidos e participem do debate e proposição de alternativas que promovam medidas afirmativas capazes de garantir seu direito constitucional à convivência familiar e comunitária.

Assunto: Dia Nacional da Adoção - Corinthians apoia campanha do TJSP

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude
--

Data: 29/05/2019



Em virtude do Dia Nacional da Adoção, comemorado em 25 de maio, a Arena Corinthians recebeu no último domingo (26) um grupo de adolescentes que vivem em casas de acolhimento para assistir ao clássico contra o São Paulo. O convite foi viabilizado por parceria entre o Departamento de Responsabilidade Social do Corinthians com o projeto **Adote um Boa Noite**, do Tribunal de Justiça de São Paulo, e apoio da Comissão de Infância e Juventude da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – subseção Tatuapé.

Além de assistirem ao jogo, durante o intervalo da partida os adolescentes realizaram uma volta olímpica no gramado como forma de conscientizar o público sobre a importância da adoção tardia. Os jovens vivem nos Saicas (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes) Nosso Lar e Raio de Luz. Cerca de 15 crianças do Lar Acolher, de Mairiporã, também participaram da ação, que contou com a participação da juíza da Vara da Infância e Juventude da comarca, Flávia Martins de Carvalho.

Adote um Boa-Noite

O projeto, vencedor na categoria “Tribunal” do Prêmio Innovare 2018, tem o objetivo de estimular a adoção de crianças e adolescentes com mais de oito anos e/ou com alguma deficiência.

Assunto: Seminário “Adoção e o Direito de ser Filho” levanta a importância da visibilidade positiva de jovens acolhidos

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 29/05/2019



O trabalho dos grupos de apoio e projetos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e de São Paulo foram apresentados no evento realizado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção.

Na última segunda-feira (27), o auditório da Corregedoria Geral da Justiça do Espírito Santo foi palco do seminário “Adoção e o Direito de Ser Filho”, que reuniu servidores das Varas da Infância e Juventude de todo o estado, profissionais de instituições de acolhimento, juízes e promotores. O evento foi realizado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA-ES).

Na parte da manhã, a abertura do encontro teve a presença do Corregedor Geral da Justiça do Espírito Santo, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior e do Corregedor Geral da Justiça de São Paulo, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco.

Na primeira palestra, Ivy Campanha de Araújo, psicóloga do TJES, abordou os aspectos desafiadores e facilitadores da filiação no contexto da adoção. Na sequência, a promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Vitória, Jéssika Lima da Luz, falou sobre os aspectos legais e alterações do Ecriad, estabelecidas pela Lei 13.509.

Na parte da tarde, Roberta Torres, psicóloga do grupo de apoio à adoção “Mãos Amigas”, do município de Serra, e Giselle Dutra, do grupo Raízes e Asas, de Cariacica, apresentaram a história dos Grupos de Adoção do estado e uma pesquisa feita com os participantes. Os resultados mostraram que o trabalho voluntário exerce grandes impactos na vida das famílias e das crianças. No depoimento de um pai adotivo, ficou evidenciada a mudança no estilo de educação: “O grupo me ensinou a dialogar com minhas filhas”.

“Nosso papel é trocar experiências e contar histórias reais de famílias que já adotaram, sejam crianças menores, maiores, ou com algum problema de saúde para dizer que é possível construir esse vínculo, não importa a idade que elas tenham”, ressaltou Giselle.

Na sequência do evento, o debate foi sobre Busca Ativa e os projetos Esperando Por Você do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e o Adote um Boa Noite do Tribunal de São Paulo.

“A busca ativa é uma ferramenta que visa assegurar a garantia do direito à convivência familiar e comunitária e está hoje em debate justamente para que seja feita da forma mais cautelosa possível”, destacou o juiz Ewerton Nicoli, da Vara da Infância e da Juventude de Colatina.

De acordo com os números apresentados pelo magistrado, hoje no Brasil existem 46 mil pretendentes habilitados para 9 mil crianças disponíveis para adoção. Desses, 48% tem entre 13 e 17 anos de idade. Mas apenas 0,7% dos pretendentes admitem adotar adolescentes. E no Espírito Santo, os números refletem a realidade brasileira: 72% das crianças disponíveis para

adoção tem mais de 12 anos de idade. O que motivou a criação da campanha Esperando por Você.

“O projeto foi lançado em maio de 2017 para dar visibilidade àquelas crianças que estão fora do perfil desejado pela maioria dos pretendentes e também para difundir informações mais qualificadas sobre adoção, proporcionando uma reflexão da sociedade para a ruptura de alguns preconceitos que existem a respeito da adoção, especialmente de crianças mais velhas, dos grupos de irmãos e aquelas com alguma deficiência”.

Em dois anos, dos 42 jovens que participaram do Esperando Por Você, 07 já estão inseridos em novas famílias e 04 estão em aproximação com os pretendentes.

“É importante ressaltar que a participação das crianças na campanha só acontece após esgotadas todas as buscas nos cadastros nacionais e internacionais e por solicitação dos juízes das varas da infância da cidade onde residem. E principalmente, é preciso respeitar a vontade delas. Após assistirem aos vídeos e fotos das crianças, as famílias interessadas procuram a Ceja, que analisa se os pretendentes realmente têm aptidão para adoção e se já são habilitados”.

Em São Paulo, a iniciativa que também vem contribuindo para mudar o futuro de crianças acolhidas é o projeto Adote um Boa Noite, apresentado no seminário pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo, Iberê de Castro Dias.

Lançado pelo TJSP em 12 de outubro de 2017, durante o Jornal Nacional, o projeto já resultou em 08 adoções. Para o magistrado, o respaldo da mídia é essencial já que a ideia do projeto é justamente chamar a atenção da sociedade e mostrar quem são esses adolescentes que vivem nas casas de acolhimento.

“Quando a gente conversa com uma pessoa leiga, ela não sabe a origem dessas crianças e adolescentes. Muitas vezes pensam que são adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa. Então nosso objetivo é esclarecer que eles vêm de famílias vulneráveis, que são sujeitos de direitos. Ao postar as fotos dessas crianças nas redes sociais, estamos dando visibilidade, mostrando que elas também fazem parte da sociedade, sempre como protagonistas das histórias”.

O Adote um Boa Noite começou nas comarcas de Santo Amaro, na zona Centro-Sul, e Tatuapé, na Zona Leste, ambas com uma grande concentração de crianças e adolescentes acolhidos. Em meados de 2018, outras varas de São Paulo entraram no projeto, que, hoje, conta com a participação de cerca de 90 jovens de todo o estado. Assim como ES, também só participam aqueles para os quais não tenha sido encontrado nenhum interessado nos cadastros de adoção. Além disso, as crianças passam por uma avaliação psicológica para saber se eles estão preparados, se vão tomar a experiência como algo positivo, mesmo que não sejam adotados.

“Uma vez fui abraçado por uma jovem de Santo Amaro que falou: Doutor, obrigada pelo projeto. Eu não fui adotada ainda, mas já vi muitas crianças saindo lá da casa de acolhimento, que eu jamais imaginaria que poderiam ser adotadas”.

Essa é a ideia dos dois projetos, tirar os jovens da sombra, promovendo uma visibilidade positiva, sem ferir os direitos fundamentais preconizados na Constituição e no estatuto da Criança e do Adolescente.

“Fazer com que ninguém saiba quem são eles é péssimo. E mostrá-los de forma vexatória também é. Então estamos tentando buscar um ponto de equilíbrio nesse meio do caminho, sempre colocando os jovens como protagonistas e sujeitos de direitos”.

O encerramento do Seminário foi marcado por muita emoção com a história da Cleo e sua nova família. A menina, participou da campanha Esperando Por Você e foi adotada aos 17 anos de idade. Hoje, ganhou duas mães, a Rosane e a Paty, e um irmão, o João.

Assunto: Adolescentes de projeto de adoção da VIJ-DF assistem jogo de futebol no estádio

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 29/05/2019



“Bola na rede pra fazer o gol. Quem não sonhou em ser um jogador de futebol? ”, diz um trecho da música “É uma partida de futebol”, da banda Skank, ao mostrar essa paixão do brasileiro. Mas quantos meninos e meninas ainda não tiveram o privilégio de torcer ao vivo para o seu time? No último sábado (25/5), quatro adolescentes que vivem em uma entidade de acolhimento do DF



realizaram esse sonho. Layane, Mateus e os irmãos Kauã e Everton prestigiaram o jogo de Palmeiras X Botafogo no estádio Mané Garrincha, em Brasília.

Do alto da arquibancada, os meninos mantinham olhos e ouvidos atentos à grandiosidade do estádio, às torcidas organizadas e aos gritos dos torcedores. Comentavam sobre a desenvoltura dos jogadores e suas chuteiras de cor vibrante. Kauã e Mateus torcem para o Botafogo e Layane para o Palmeiras. Everton é flamenguista. A cada lance perdido ou ameaça de gol, Kauã levava as mãos ao rosto experimentando a ansiedade compartilhada com seus companheiros de time. Layane se divertia fazendo coro com a torcida do Palmeiras, maioria nas arquibancadas. O pênalti marcado pelo juiz não agradou aos garotos botafoguenses, já Layane não se conteve e pulou de alegria quando Gustavo Gómez executou o gol que decidiu a partida.

O grande sonho

A data de sábado também carrega um significado especial para a vida desses meninos. Nesse 25 de maio comemorou-se o Dia Nacional da Adoção. Os quatro adolescentes estão cadastrados para adoção, mas não há famílias habilitadas no DF para eles. Mateus, Layane, Everton e Kauã fazem parte do projeto da VIJ-DF “Em busca de um lar”, lançado em 2 de maio, que objetiva dar visibilidade, por meio da divulgação de imagem e voz, a crianças e adolescentes cadastrados para adoção e, desse modo, aproximá-los de pessoas interessadas em adotar em todo o País. Antes de iniciar o jogo, o apresentador do evento noticiou o projeto da VIJ.

Os meninos e meninas que estão no “Em busca de um lar” fazem parte de grupo de irmãos, têm idade avançada ou possuem problemas de saúde. Eles têm perfil diferente daquele que as famílias habilitadas desejam para seus filhos adotivos: crianças mais novas, sem irmãos e saudáveis. Esse é o motivo pelo qual a fila das 137 crianças e adolescentes e a das 543 famílias que estão cadastro de adoção não se encontram.

O resultado do jogo não agradou a todos. Mas em um ponto eles concordaram: valeu muito a pena o passeio e querem assistir a outras partidas! E quanto ao sonho de ter uma família, quem sabe, se com a ajuda do projeto será possível virar esse jogo!

Os garotos foram acompanhados do assessor técnico da VIJ, Eustáquio Coutinho, agentes de proteção, servidores da Seção de Comunicação Institucional da Vara e a cuidadora da instituição. A iniciativa teve apoio da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

Assunto: Fórum de Timon realiza curso de preparação de adotantes

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 29/05/2019



Teve início na manhã desta segunda-feira, 27 de maio, no fórum da comarca de Timon, o I Curso de Preparação à Adoção de 2019, oferecido pela Equipe Multidisciplinar da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão, para casais e pessoas que formularam pedido de habilitação como pretendentes à adoção.

A abertura foi realizada pelo juiz titular da Vara, Simeão Pereira, seguida de palestra ministrada pelo Promotor de Justiça Nelson Nedes Ribeiro Guimarães.

O curso preparatório é uma exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), consistindo em dinâmicas realizadas pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, que permitam aferir dos pretendentes a capacidade e o preparo para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, incluindo a preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças ou de adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde, e de grupos de irmãos.

Uma vez deferida a habilitação, os postulantes serão inscritos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), sendo convocados para a adoção de acordo com a ordem cronológica de habilitação e conforme a disponibilidade de crianças ou adolescentes adotáveis.

Atualmente, encontram-se em acolhimento institucional, no Lar da Criança Promotora de Justiça Elda Maria Alves Moureira, na cidade de Timon, 18 crianças e adolescentes, seis deles já disponíveis para adoção e cadastrados junto ao CNA.

Cadastro

No Maranhão, conforme registro do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), existem 51 crianças e adolescentes disponíveis para serem adotados, e 245 pretendentes estão aptos a adotar. Só na capital, são 21 crianças disponíveis e 101 pretendentes a adotar, segundo dados da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, unidade judiciária responsável pelo processo de habilitação dos candidatos interessados. Em Imperatriz, 15 crianças e adolescentes estão aptos à adoção, com idades entre 12 e 17 anos, dentre os quais sete estão acolhidos institucionalmente.

Lançado em 2008, o Cadastro Nacional de Adoção é coordenado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), funcionando como uma ferramenta digital que auxilia os juízes das Varas da Infância e da Juventude na condução dos processos de adoção em todo o país.

Assunto: MPPE participa de Seminário Caminhos da Adoção

Fonte: MPPE

Data: 29/05/2019



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) esteve na abertura do Seminário Caminhos da Adoção, realizado na última sexta-feira (24), no auditório da OAB-PE. A iniciativa foi promovida pela Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (ESA/PE) e pelo Grupo de Estudos de Apoio à Adoção (Gead), em parceria com o MPPE e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

“O evento foi importante para mostrar uma pauta que ainda causa surpresa. A conta não bate: existem mais crianças e adolescente no cadastro nacional de adoção do que habilitados. O que está acontecendo? É justamente essa resposta que esses encontros procuram demonstrar: os perfis dos inscritos para adoção são restritivos; a faixa etária, o sexo e a etnia são limitadores”, destacou o promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude), Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda, que representou o procurador-geral de Justiça na ocasião.

A ação, que continuou no sábado (25), propôs uma troca de experiências, com relatos de pessoas que viveram o processo de adoção e profissionais ligados ao tema. “O encontro procurou mostrar, através de falas e depoimentos, o êxito de adoções tardias, onde a paternidade e a maternidade são exercidas da mesma forma, na sua plenitude, independentemente da idade”, finalizou Lapenda.

Assunto: Ministro impõe medidas contra superlotação em mais quatro unidades de internação de adolescentes

Fonte: STF

Data: 29/05/2019



O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a adoção de diversas medidas em favor de adolescentes que se encontram em unidades de internação nos Estados do Rio de Janeiro, da Bahia, do Ceará e de Pernambuco. O relator deferiu pedido de extensão no Habeas Corpus (HC) 143988, no qual delimitou em 119% a taxa de ocupação na Unidade de Internação Regional Norte (Uninorte), em Linhares (ES), e determinou a transferência dos adolescentes excedentes para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior à taxa fixada.

No pedido, as Defensorias Públicas sustentam que os sistemas socioeducativos de seus estados apresentam “situação calamitosa de verdadeira inconstitucionalidade, maculando a dignidade da pessoa humana e todo o mínimo sistema de proteção aos adolescentes” e que os motivos que levaram à concessão da liminar em benefício dos adolescentes internados no Espírito Santo são também constatados em suas unidades federativas. Os defensores anexaram aos autos documentos com os quantitativos atualizados das unidades com informações sobre a capacidade real de cada uma delas, a fim de demonstrar que a atual situação de suas unidades de internação não está de acordo com os objetivos pretendidos pelo legislador no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para a ressocialização dos adolescentes autores de atos infracionais.

Deferimento

O ministro Edson Fachin observou que a farta documentação apresentada indica a semelhança das situações processuais no Espírito Santo e nas outras quatro unidades da federação e destacou algumas informações apresentadas pelas Defensorias Públicas estaduais. No Rio de Janeiro, há 2.046 adolescentes do sexo masculino internados para uma capacidade real de 1.613 vagas, considerando as 25 unidades fechadas daquele estado. Na Bahia, existem 552 vagas para 631 adolescentes, e em algumas unidades a taxa de ocupação vai de 121% a 139%. As informações do Estado do Ceará demonstram superlotação com taxas que vão de 123% a 160%. Na capital, a capacidade é de 588 vagas para 708 internos (664 do sexo masculino e 44 do sexo feminino). No interior, são 268 vagas para 119 internos do sexo masculino. Por fim, em relação a Pernambuco, os dados fornecidos pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) apontam 1.049 internos para 702 vagas e, ainda, 178 adolescentes em regime de semiliberdade para 160 vagas.

Com base nessas informações, o relator deferiu o pedido de extensão em medida liminar, a fim de que as unidades de internação desses estados delimitem, provisoriamente, a taxa de ocupação dos adolescentes internos em 119%. De acordo com a decisão, o excedente desse percentual deverá ser transferido para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior à fixada.

Caso a transferência não seja possível, o ministro determina, subsidiariamente, que o magistrado atenda ao parâmetro fixado no artigo 49, inciso II, da Lei 12.594/2012, até que seja atingido o percentual máximo de ocupação. O dispositivo assegura ao adolescente o direito de ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa. Na impossibilidade de adoção dessas providências, Fachin autorizou que se convertam em domiciliares as medidas socioeducativas de internações.

Na decisão, o ministro informa que a matéria está pautada para julgamento pela Segunda Turma da Corte no próximo dia 25/6.

Assunto: Joel da Harpa manifesta apoio a demandas de agentes socioeducativos

Fonte: ALEPE

Data: 29/05/2019



O pagamento de gratificação de risco para agentes socioeducativos contratados temporariamente foi defendido pelo deputado Joel da Harpa (PP), no Grande Expediente desta terça (28). Atualmente, apenas servidores efetivos recebem o adicional. A demanda foi trazida à Alepe pelo Sindicato dos Agentes e Assistentes Socioeducativos do Estado de Pernambuco (Sindasepe), que realizou manifestação defendendo o pleito nas galerias da Casa.

“Existem servidores mais antigos, já efetivos, que recebem adicional de risco de vida. É injusto termos pessoas trabalhando nas mesmas condições, mas só algumas delas recebendo a gratificação”, argumentou o parlamentar, que defendeu esse mesmo pleito em 2017. Joel da Harpa ainda apresentou, no último dia 21, o Projeto de Lei nº 255/2019, que muda a denominação da categoria para Agente de Segurança Socioeducativo (ASSE).

A proposição do parlamentar também define que os agentes terão que ser contratados mediante concurso público em regime celetista, com até 40 horas de trabalho semanal, além de classificar a atividade como de risco. “Já é hora de termos um concurso público para a área, além da criação de um plano de cargos e carreiras”, defendeu.

Em aparte, o deputado Delegado Erick Lessa (PP) endossou a demanda dos agentes, registrando ter recebido, no gabinete, o corpo diretivo da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) e representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) para tratar do tema. Já Wanderson Florencio (PSC) sugeriu que os agentes que são contratados temporariamente deveriam também lutar por estabilidade na função.

Priscila Krause (DEM) e Alberto Feitosa (SD) ressaltaram as dificuldades dos trabalhos dos agentes socioeducativos. “Reinsrerir adolescentes na sociedade é muito difícil. Infelizmente, a realidade da Funase se aproxima à de presídios”, avaliou a democrata.

Assunto: Ministério integra audiência pública sobre o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais

Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Data: 29/05/2019

Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Representantes da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), participaram de audiência pública nesta quarta-feira (29), com o objetivo de discutir o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais. Organizada pela Comissão de Viação e Transportes, a atividade foi realizada na Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, o coordenador-geral de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do ministério, Helbert Pitorra, destacou dados do Disque 100 (Disque Direitos Humanos). Ele citou que na maioria dos casos de abuso e exploração sexual contra crianças, os familiares estão envolvidos.

“Nós estamos falando das piores formas de violação, que deixam marcas profundas e irreparáveis, que não são curadas apenas com a prisão do abusador”, disse.

Pitorra alertou também que toda a sociedade precisa se envolver no sentido de combater essa prática criminosa, destacando que esta é uma responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Ele tratou o crescimento dos casos como uma “epidemia”, que deve ser combatida de forma efetiva.

“Nós não podemos mais tolerar que esses dados continuem crescendo, precisamos fortalecer a estrutura das vítimas para que as mesmas tenham a capacidade de procurar outros atores, quando o abuso envolver familiares”, completou.

Projeto Mapear

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) afirmou que, no âmbito do Projeto Mapear, foram identificados 2.487 pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas federais brasileiras. Segundo a PRF, os principais pontos continuam sendo os postos de combustíveis. Cerca de 59,55% dos locais identificados estão nas áreas urbanas do Norte e Nordeste.

Durante o evento, o inspetor Igor de Carvalho Ramos apresentou números da ação. Uma iniciativa da PRF, o Projeto Mapear tem o MMFDH entre os órgãos parceiros.